

Editorial

“Se é possível obter água cavando o chão, se é possível enfeitar a casa, se é possível crer desta ou daquela forma, se é possível nos defender do frio ou do calor, se é possível desviar leitos de rios, fazer barragens, se é possível mudar o mundo que não fizemos, o da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos, o da cultura, o da história, o da política?”

(Paulo Freire)

É com o usual contentamento que se coloca este segundo número de 2016 da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* em circulação. A existência da RBDR é devida à preocupação com o debate interdisciplinar sobre temas relacionados à “questão regional”, sobretudo, no âmbito de formações sociais periféricas. O intento de contribuir para esse debate tende a ser alcançado na medida em que se privilegiar a publicação de artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se, mais recentes, tiverem sido publicados em periódicos não brasileiros), vindos de diferentes áreas do conhecimento, principalmente, planejamento urbano e regional, geografia, economia, sociologia e ciência política; quando confluentes com temas relativos ao desenvolvimento regional, acolher-se-ão, também, contribuições de áreas como arquitetura e urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo.

Os artigos e ensaios publicados na RBDR podem ser mais “teóricos” ou assumir um caráter mais “empírico”; oferecer interpretações e exames para o desenvolvimento regional latino-americano, em especial, o brasileiro, ou inter-relacionar escalas importantes na explicação de variados processos de desenvolvimento; e, sendo o caso, conferir ênfase aos determinantes causais e referir à atuação de sujeitos e instituições atuantes na produção de trajetórias específicas de desenvolvimento no território.

Os dez artigos deste último número de 2016 adequam-se ao perfil da RBDR, em conformidade com o que foi mencionado no parágrafo anterior.

“O complexo diálogo entre o urbano e o regional” é o primeiro artigo. Com base em resultados empíricos de tipologias construídas para identificar novas configurações espaciais aglomeradas no país e em pesquisas sobre arranjos institucionais de gestão metropolitana, Rosa Moura oferece uma abordagem original para refletir sobre os desafios interinstitucionais e interdisciplinares à governança de unidades espaciais multiescalares brasileiras.

O segundo artigo, assinado por Rodrigo Portugal, Sergio Felipe Melo da Silva, Kleber Antonio da Costa Mourão e Rafael de Almeida Ramos, é “A política regional brasileira em (na) crise: análise dos instrumentos explícitos”. Aí os autores

se debruçam sobre os instrumentos explícitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Fundos Constitucionais de Financiamento, Fundos de Desenvolvimento Regional e Incentivos Fiscais) com vistas a decifrar seu comportamento em momentos de crise econômica.

Em “Consórcios públicos de resíduos sólidos no Brasil: uma análise do perfil da gestão compartilhada no território”, Rosi Cristina Espindola da Silveira apresenta um interessante e pormenorizado panorama da evolução dos Consórcios Públicos e da gestão consorciada de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Ela demonstra que esses instrumentos podem propiciar soluções comuns aos consorciados e, assim, favorecer processos de cooperação regional.

Joelma Ferreira Franzini e Elder Andrade de Paula assinam o artigo seguinte: “O Programa Bolsa Família e os povos indígenas da Amazônia: inserção social precarizada?” Os autores examinam dados que mostram haver deslocamentos atípicos de integrantes de povos indígenas do Acre, o que parece conduzir à erosão de sua territorialidade, caracterizando uma inserção precarizada tanto em seus próprios territórios como nas periferias urbanas.

No artigo seguinte, “Avaliação do desenvolvimento educacional dos municípios da região Norte do Brasil”, Mário Sérgio Pedroza Lobão e Rubicleis Gomes da Silva analisam o perfil educacional dos municípios do Norte brasileiro nos anos de 2000/2010. Os resultados mostram que 263 dos 449 municípios da região apresentam índices de desenvolvimento educacional abaixo da média em 2010. Mas, 184 municípios – 40,98% do total – tiveram aumento significativo do IDEM de 2000 para 2010.

“Sustentabilidade dos sistemas de uso da terra no assentamento agroextrativista do Anauerapucu-AP”, assinado por Irenildo Costa da Silva e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, é o sexto artigo do presente número da RBDR. Trata-se do produto de uma pesquisa, apoiada num conjunto de índices de sustentabilidade, que acabaria revelando (em relação ao assentamento estudado) que sistemas de várzea apresentam maiores benefícios em comparação com sistemas de terra firme.

No sétimo artigo, “A valorização dos produtos tradicionais através da indicação geográfica: o potencial do aratu de Santa Luzia do Itanhy”, Bárbara de Oliveira Brandão e João Antonio Belmino dos Santos examinam as possibilidades de registro do aratu para fins de indicação geográfica. A pesca do aratu é protagonizada por mulheres do povoado Rua da Palha, em Santa Luzia do Itanhy. Os autores concluem que, a despeito das potencialidades do registro, há dificuldades, superáveis apenas via apoio público.

No artigo seguinte, cujo título é “(In)visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero em Miracema do Tocantins”, suas

autoras, Soraya Helena de Araújo Mendes e Temis Gomes Parente, tratam da problemática de gênero em uma colônia de pescadoras e pescadores de Tocantins. Apesar de mulheres realizarem diversas atividades relativas à pesca artesanal profissional, identificam-se desigualdades entre aquelas que vivem com seus companheiros e as solteiras.

Em “Segregação residencial, pobreza e acesso às políticas públicas em cidades médias: uma proposta de investigação”, Cláudia Tirelli, Marco André Cadoná e Sílvia Coutinho Areosa propõem uma abordagem teórico-metodológica que possibilite embasar investigações empíricas a respeito de como os projetos habitacionais, em cidades médias, incidem sobre as condições de vida das populações pobres, redefinindo o seu acesso a bens e serviços públicos disponíveis no espaço urbano.

Lidiéli Neves dos Santos, Marco Antonio da Costa Malheiros, Claudio Edilberto Höfler, Sergio Guilherme Schlender e Bruna Gabriela Warmbier assinam o décimo artigo deste número da RBDR, “Identificação do processo de endividamento familiar em Santa Rosa-RS”. Eles procuram identificar fatores que influenciam o endividamento familiar em nível municipal. O caso estudado revela haver comportamentos distintos, sobretudo, considerando dívidas já vencidas e dívidas ainda a vencer.

Finalmente, na seção de resenhas se apresenta, mui brevemente, uma pequena lista de publicações que vieram à superfície ao longo de 2016, podendo interessar às leitoras/aos leitores da RBDR.

Antes de concluir, cabem algumas observações: primeiramente, é preciso fazer um agradecimento especial aos que – na condição de articulistas ou integrantes do conselho editorial ou de “carregadores de piano” – vêm contribuindo para que a RBDR chegasse até aqui. Em segundo lugar, pode ser lembrado que a RBDR deve continuar sendo objeto de crítica de seus atentos leitores; é a melhor contribuição para que se possam reduzir as imperfeições que em toda e qualquer obra humana sempre se manifestam. Em terceiro lugar, em face das contribuições de articulistas, integrantes do conselho editorial e “carregadores de piano”, assim como das críticas de atentos leitores, a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* foi recompensada com boas avaliações na recém divulgada Classificação de Periódicos Qualis/CAPES 2016. Por exemplo, na área de Ciência Política e Relações Internacionais obteve um B5; nas áreas de Ciências Ambientais, Economia e Sociologia obteve um B4; nas áreas de Administração/Ciências Contábeis/Turismo e História obteve um B3; e nas áreas de Planejamento Urbano Regional/Demografia e Geografia obteve um gratificante B2. Por fim, então, para que a RBDR continue cumprindo o que tem prometido – constituir-se num espaço de debate interdisciplinar qualificado sobre temas relacionados à “questão

regional” – cabe a todas e todos que têm algo a aportar que dela, da *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, se sirvam. Como melhor lhes aprouver.

Uma ótima leitura e até o próximo número!

Ivo M. Theis

Editor

Pareceristas *ad hoc* que colaboraram nesta edição da RBDR

Cidonea Machado Deponti

Daniel Luciano Gevebr

Diego da Silva Grava

Ezequiel Redin

Fabiano Rocha Diniz

Fernando Dandaro

Gilson Oliveira

Joel Haroldo Baade

Leandro dos Santos

Margot Riemann Costa e Silva

Márcia Ajala Almeida

Marluse Castro Maciel

Michel Goulart da Silva

Nadine Gualberto Agra

Roni Mayer Lomba

Selma Simões de Castro

Thanabi Bellenzier Calderan

Zulene Muniz Barbosa